EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2022-025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06102022

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO TOCANTINS-PA, sediada na Avenida Jarbas Passarinho, s/n, Bairro: Centro, CEP: 68.525-000 – Bom Jesus do Tocantins/PA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS, CNPJ: 22.938.757/0001-63, por intermédio de seu Pregoeiro realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo "menor preço por lote", nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: dia 18 de 11 de 2022.Horário: 08:30 min
Local: **https://licitanet.com.br/** Modo: **Aberto**

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é sistema de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de peças para moto e fornecimento de serviços de reposição de peças, para atender as demandas das Secretarias.

1.1. A licitação será em lote**,** conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins

2.2. Órgão Participantes:

Fundo Municipal Educação - FME
Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
Fundo Municipal de Saúde-FMS
Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA
Secretaria Municipal de Administração

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal, estadual ou distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993.

3.1.1 A adesão à ata de registro de preços deve ser justificada pelo órgão não participante mediante detalhamento das necessidades que pretende suprir por meio do contrato e demonstração da sua compatibilidade com o objeto discriminado na ata, não servindo a esse propósito a mera reprodução, parcial ou integral, do plano de trabalho do órgão gerenciador.

3.1.2 A comprovação da vantagem da adesão deve estar evidenciada pelo confronto

entre os preços unitários dos produtos constantes da ata de registro de preços e referenciaisválidos de mercado.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais de órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estabelecidos no Anexo I deste edital e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item estabelecido no Anexo I deste edital e registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata,desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **https://licitanet.com.br/** , que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
4.2. O cadastro no “LicitaNet” poderá ser iniciado no Portal de Compras no sítio **https://licitanet.com.br/** , com a solicitação de login e senha pelo interessado.
4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar do presente pregão eletrônico qualquer empresa que atender

todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site https://licitanet.com.br/

5.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.1.2. Qualquer empresa, **enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte**, poderá apresentar proposta (participar) para o **LOTE** do Termo de Referência.

5.1.3. Conforme Art. 48, inciso III da Lei Complementar 123/2006 e alterações, somente poderão participar dos **ITENS de (cota reservada)**, do Termo de Referência, as microempresas e empresas de pequeno.

5.2. Conforme Art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006 e alterações, somente poderão participar dos Itens de **(ITENS EXCLUSIVOS)**, do Termo de Referência, microempresas e empresas de pequeno, pois o valor dos itens, anteriormente citados, para a futura contratação, é até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o Município de Bom Jesus do Tocantins e Secretarias municipais, durante o prazo da sanção aplicada, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

5.3.3. Licitantes proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

5.3.4. Licitantes proibidos de contratar com o Poder Público, nos termo do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

5.3.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações prevista no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

5.3.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.3.7. Licitante cujo estatuto, contrato social ou instrumento equivalente não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

5.3.8. Licitantes que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns (não poderão apresentar propostas para o mesmo item), ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

Nota explicativa: *O TCU considerou que a ocorrência de “empresas com sócios em comum que apresentam propostas para o mesmo item de determinada licitação” e a “existência de licitantes reiteradamente desclassificados por não atenderem aos editais ou não honrarem suas propostas” sugerem o possível enquadramento nas condutas tipificadas o art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e que é necessária a instauração de processo administrativo “...com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002... [que] tem caráter abrangente e abarca*

condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença", concluindo que os responsáveis pelos procedimentos licitatórios poderão ser responsabilizados em caso de omissão (Acórdão nº 754/2015-Plenário).

5.3.10. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

Nota Explicativa: *O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, e o objeto deste certame pôde ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, consignou-se a vedação descrita no subitem 4.3.10 acima.*

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubree não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz,nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação apenas os exigidos no edital em ordem em um unico arquivo PDF, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, em papel timbrado assinado, deverá conter numero do processo, nome do Municipio Licitante, conter marca (quando for o caso aplicavel para aquisição de bens de consumo e equipamentos permanente), para serviços (a licitante deverá colocar o nome fantasia), deverá conter prazo de entrega ou prestação do serviço, prazo de validade da proposta, até a data estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios,

diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
6.9. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
7.1.1. Valor unitário, total do item e total da proposta;
7.1.2. Valor por extenso conforme disposto 6.1;
7.1.3. A quantidade de unidades, observada a quantidade total prevista fixada no Termo de Referência para cada item; marca do produto; dados bancários;
7.1.4. Descrição detalhada do objeto, devendo ser elaborada na forma deste Edital e seus anexos, contendo as quantidades e especificações do objeto de forma detalhada (definidos no Anexo I deste Edital) para o(s) qual(ais) estiver apresentando proposta, e o(s) seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e preço(s) total(is) de cada item(s) que estiver contando, conforme Itens constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características constantes no Termo de Referência.
7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto deste edital.
7.4. As propostas terão validade de, no mínimo, **60 (sessenta)** dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
7.4.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do CONTRATO, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
7.5. Os produtos/serviços do presente edital deverão ser entregues/prestados por conta da licitante/contratada no Município de Bom Jesus do Tocantins-PA.
7.6. Todos os licitantes deverão encaminhar proposta por meio de campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação, com as seguintes declarações em anexo a proposta:
7.6.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, com o compromisso de informar ocorrências supervenientes, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.
7.6.2. Declaração autorizando a Administração Pública Municipal para investigações complementares que se fizerem necessárias.
7.6.3. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
7.6.4. Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.

7.6.5. Declaração de que concorda com os termos do edital.
7.6.6. Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembrode 2009 da SLTI/MP.
7.6.7. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º, da Lei nº 8.666/93).
7.6.8. Declaração de que a licitante obriga-se a garantir que o objeto desta licitação será fornecido de acordo com as especificações definidas na proposta e no Termo de Referência, respeitando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
7.6.9. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título.
7.6.10. Declaração de que o licitante se compromete, desde já, a cumprir os prazos de entrega/execução rigorosamente em dia,sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital e seus anexos.
7.6.11. Declaração de que o prazo de validade de cada item, não será inferior a 12 (doze) meses, a contar da entrega no Almoxarifado desta Prefeitura, exceto para aqueles que possuam prazo de validade mais curto por razões técnicas comprovadas.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;
8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
8.2.3. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
8.5. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
8.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
8.8.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedordo sistema eletrônico (Licitanet).
8.8.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
8.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
8.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
8.12. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicara competitividade.
8.13. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir do seu valor inicial em mais de 70%. Sendo recusada por ser considerada inexequível.
8.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
8.15. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame publicada no Portal de Compras Públicas, https://licitanet.com.br/ quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.
8.16. **A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro**. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
8.18. **Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance de intervalo variante de 0,01 (Um) centavo à 1,00 (Um) Real dependendo do valor estimado do item**.
8.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
8.19.1. no país;
8.20.2. por empresas brasileiras;
8.21.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
8.22.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
8.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
8.24. Fica facultado ao pregoeiro solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo

de até 02h (duas horas), que envie via sistema a proposta em único arquivo para todos os itens vencidos, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.25. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o dispostono parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº. 10.024/2019.

9.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado neste edital ou que apresentar preço manifestamente inexequível conforme disposto 8.13 do edital.

9.4. As propostas que não atenda ao subitem 6.1 item 7;

9.5. Não serão aceitas propostas com preenchimento vagos como por exemplo:“***conforme*** edital”, “***de acordo*** com termo de referência” etc.., as licitantes devem preencher corretamente com datas e prazo pedido no edital ou TR.

9.6. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.7. As propostas consideradas inexequiveis ficarão obrigadas a apresentar planilha de composição de custo, para efeito comprobatório de capacidade de fornecimento/serviço, o prazo fixado é de 02:00 (duas) horas apartir de sua solicitação e deverá esta nas mesmas condições da proposta de preço;

9.7.1. Os valores máximos aceitáveis para cada item licitado são os constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, não podendo ser, em hipótese alguma, superior a esses valores.

9.7.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentarem a suspeita.

9.7.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Licitanet com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.5. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

9.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive

financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
9.8.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação do Pregoeiro.
9.8.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Pará, para o endereço descrito no preâmbulo deste edital.
9.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico,sob pena de não aceitação da proposta.
9.8.2.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
9.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
9.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
9.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
9.11. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
9.12. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.
9.13. Poderam ser recusadas as propostas das licitantes quando convocadas via chat e seus representas logados não responderem, o prazo de espera pelo pregoeiro será no máximo de 5 minutos a contar de sua ultima convocação;
9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada, mediante envio, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, em conformidade com o Edital.
10.2. A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA É CONSTITUÍDA PELOS SEGUINTES ITENS:
10.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:
a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações,acompanhada de todas suas alterações e demais documento que comprove a el+eição de seus administradores;
c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento,expedido pelo

órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
e) Independente do documento apresentado, o objeto social do licitante deverá ser compatível com o objeto licitado;
f) Documento de identificação com foto do proprietário/socios;

11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil de se- RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14), dentro u período de validade.
c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu período de validade;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, abrangendo todos os tributos de competência do Município relativa à sede ou domicílio do proponente dentro de seu período de validade
e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
f) Alvará de Funcionamento de Titularidade da empresa licitante, expedido pela Prefeitura Municipal (Sede da licitante) e alvará expedido pela Vigiçância Sanitária com vigência atualizada;
g) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho(CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site https://licitanet.com.br/, Certidão de infrações Trabalhista juntamente com Certidão Negativa de Débitos do Ministério do Trabalho, conforme artigo 5º, parágrafo único, da Portaria MTE nº 1421,de 12 de setembro de 2014, Certidão do Tribunal Reginal do Trabalho de 15º região e Certidão Eletônica de Ações Trabalhista;
g).1 Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa;

11.1.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentaçãoda proposta. O balanço deverá conter termo de abertura e encerramento do livro diário, notas explicativas e indices e certidão especifica emitida pela junta comercial do estado sede da licitante;
b.1) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de sua existência;
b.2) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Tota}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.3) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.
b.4) As empresas recém constituídas, com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenha Balanço Final de exercício, deverão apresentar Balanço de abertura e/ou Demonstração de Resultado contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, devidamente registrados na Junta Comercial.
b.5) Demonstrações contábeis realizados/elaborados via Escrituração Contábil digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED deverão ser apresentados com autenticação da Junta Comercial;
b.6) O Contador ou Tecnico de contabilidade que assina o balanço deverá estar em dia com seu conselho, esta comprovação sedará por meio da apresentação da Certidão de regularidade do conselho de contabilidade – CRC, dentro de sua validade.

11.1.3. - **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**
11.1.3.1 COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO DE DESEMPENHO TÉCNICO, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu/prestou ou está fornecendo/prestando serviços, de maneira satisfatória e a contento, os materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas;

11.1.4. OUTROS DOCUMENTOS
11.1.5.1 A licitante deverá apresentar outras declarações, como está:
a) Declaração de Inexistência de Servidores no Quadro Pessoal do Órgão Licitante, anexo IV do edital.
11.2.5.2. Realizada a habilitação parcial, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Condição do subitem 4.4, do item 4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:
11.2.5.3. SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93, caso a licitante seja cadastrada no SICAF;
11.2.5.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.2.5.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade

Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.2.5.6. Lista de Inidôneos, na apresentação de Certidão de Inidoniedade mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão n° 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação e deverá constar as certidões na documentação anexa ao sistema.

11.2.5.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédiode pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

11.2.5.8. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

11.2.5.9. As licitantes ficarão obrigadas a apresenta os documentos das Condições previstas no item 11, subitens “b”, “e” e “g”, em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e em nome de todos seus sócios, os documentos deveram estar junto a documentação de habilitação;

11.2.5.10. As licitantes ficarão obrigadas a apresenta os documentos das Condições previstas nos subitens 11.2.5.4, 11.2.5.5 e 11.2.5.6, em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e em nome de todos seus sócios, os documentos deveram estar junto a documentação de habilitação;

11.2.5.11. As licitantes participantes deveram juntar os documentos citado no disposto 11.2.5.9 e 11.2.5.10 a não apresentação inabilitara a proponente.

Nota importante: Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da Lei.

Nota explicativa: O artigo 193 do CTN preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devido dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. A comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte e regularidade fiscal correspondente (estadual ou municipal) considerará a natureza da atividade, objeto da licitação. A exigência de inscrição no cadastro estadual decorre do âmbito da tributação incidente sobre o objeto da licitação; tratando-se de compras incide o ICMS, tributo estadual.

11.2.5.12. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de empresa de pequeno porte, quais sejam a comprovação de regularidade fiscal e

trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição sob pena de inabilitação.

11.2.5.13. Os documentos exigidos para habilitação (item 10), deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), em conjunto com a proposta de preços (item 9) e as declarações (item 7), deste Edital, em arquivo conforme sistema, por meioda opção "Enviar Anexo" do sistema licitanet, unificado, em formato PDF, apenas 2 (dois) arquivos, sendo uma PROPOSTA e documentos de HABILITAÇÃO. Em ordem conforme edital.

11.2.5.14. Não seram aceitos documentos no item anexo proposta com apresentação de 2 (duas) ou mais propostas de valores com por exemplo: *(proposta 1 e proposta 2)* ou similar;

11.2.5.15. Não seram aceitos documentos no item anexo habilitação com apresentação de 2 (dois) ou mais arquivo de documentos de habilitação com por exemplo: *(habilitação 1 e habilitação 2)* ou similar;

11.2.5.16. O não cumprimento dos dipostos dos subitens 11.2.5.13 e 11.2.5.14 poderá ser considerado como tentativa de burla, enganar ou tentativa fraudar o processo. Sob pena de desclassificação da proposta ou inabilitação dos documentos de habilitação.

11.2.5.17. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por e-mail posteriormente, o Pregoeiro poderá solicitar, caso surja alguma dúvida na análise da autenticidade, os documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicaçãoem órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

11.2.5.18. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Pará, para o endereço descrito no preâmbulo deste edital.

11.2.5.19. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.2.5.20. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida.

11.2.5.21. O licitante será convocado a encaminhar, no prazo de até 02h (duas horas), documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art.43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

11.2.5.22. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.2.5.23. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.2.5.24. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista,a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

11.2.5.25. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

11.2.5.26. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública municipal, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.2.5.27. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

11.2.5.28. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.2.5.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.2.5.30. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.2.5.31. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.2.5.32. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

11.2.5.33. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

11.2.5.34. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta: Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja

anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.1. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo III – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, do(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), bem como todos os documentos que a acompanharem, deverá(ão) ser encaminhada(s), no prazo de até 02h (duas horas), a contar da solicitação do pregoeiro por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema eletrônico Compras públicas ou e-mail e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, em papel timbrado datilografada ou digitada, em uma via, sememendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor,para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (minutos) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.2.2. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

14.2.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital, para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após aregular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário estará automaticamente convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da divulgação, na imprensa oficial, da homologação do resultado da licitação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração. Caso o adjudicatário não assine a ata após decorrido esse prazo, será convocado o licitante remanescente.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4 Para assinatura da ata de registro de Preços a licitante vencedora deverá comprovar que mantém todas as condições de habilitação.

16.5 Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.6 O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

16.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência à empresa beneficiária do registro de preço em igualdade de condições.

16.8 A estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo Município de Bom Jesus do Tocantins (órgão gerenciador) é a estabelecida no Anexo I deste edital.

16.9 Serão realizadas pesquisas de mercado periódicas para a comprovação da vantajosidade.

16.10 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações,obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666/93.

16.11 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

18. DO TERMO DE CONTRATO

18.1. Dentro do prazo descrito neste Edital, o fornecedor será convocado para assinar o Termo de Contrato. O Contrato terá vigência vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários, de acordo com as condições estabelecidas na Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

18.2. A adjudicatária terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.3. O prazo previsto nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por iguais períodos, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

19. DO REGISTRO DOS PREÇOS

19.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

19.1.1. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

19.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os **fornecedores** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

19.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.2.2. A ordem de classificação dos **fornecedores** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedornão puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

19.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

19.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.4 Não havendo êxito nas negociações previstas na Condição anterior, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.5 O registro do fornecedor será cancelado quando:

19.5.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

19.5.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

19.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

19.5.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

19.6 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 18.5.1, 18.5.2 e
18.5.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.7 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

19.7.1. Por razão de interesse público; ou

19.7.2. A pedido do fornecedor.

19.8 Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, fará o devidoapostilhamento na Ata de Registro de Preços e informará aos **fornecedores registrados** a nova ordem de classificação.

20. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e minuta do contrato, anexos deste edital;

20.2 A licitante deverá cumprir o prazo de entrega ao órgão requerente, no prazo de até 3(três) dias corridos a contar da emissão da Ordem de Compras – O.C;

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e minuta do contrato.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado em conta corrente através de transferência eletrônica, em conta de titularidade da empresa contratada, que, deverá ser informada na proposta de preços a se apresentada na sessão pública do processo licitatório, ou posteriormente antes da contratação.

22.1.1. Caso os dados bancários não sejam informados na sessão, junto a proposta, conforme mencionado no edital, esta ausência não implicará na desclassificação da licitante.

22.1.2. Caso haja alteração de conta corrente, a contratada deverá informar a contratante a nova conta com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da emissão da Nota Fiscal para que seja realizado o pagamento.

22.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

22.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

22.4. O licitante fica obrigado a emitir tantas quantas forem às notas fiscais necessárias, haja vista que a entrega dar-se-á mediante forma contínua e futura de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal e Órgãos participantes.

22.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.6. Antes de cada pagamento à contratada obrigada a apresentar as certidões: Federal,Estadual, Municipal e Trabalhista, para confirmar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

22.7. Constatando-se, junto a licitante, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

22.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

22.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada que não comprove sua regularidade através das Certidões: Federal, Estadual, Municipal, CRF-FGTS e Trabalhista.

22.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionadoà apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplementoda parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; 22
VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I / 100) I = 0,00016438
I = (TX)

= 365TX = Percentual da taxa anual = 6%

22.13. Para assinatura do contrato a Empresa deverá possuir certificação digital e-CNPJ, com validade de um a três anos, contendo o endereço de correio eletrônico do fornecedor titular responsável pelo certificado. Ou seja, o contrato deverá, obrigatoriamente, ser assinado digitalmente pelo(s) sócio(s) ou representante(s) da(s) Empresa(s).

22.13.1. O uso de certificado digital e da respectiva senha por pessoa que não seja o titular responsável poderá configurar crime, nos termos da legislação penal vigente.
22.14. A contratada deverá obedecer fielmente às exigências contidas no Termo de Referência – Anexo I e Minuta do Contrato – Anexo II, ambos deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
23.1.1. Apresentar documentação falsa;
23.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
23.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
23.1.4. Não mantiver a proposta;
23.1.5. Cometer fraude fiscal;
23.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
23.1.6.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quantoàs condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.1.7. Havendo indício de conluio entre os licitantes, o Município de Bom Jesus do Tocantins, Estado doPará, comunicará o fato à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para as providências devidas.

23.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.2.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União, Estado e Municipio, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

23.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

23.3.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666,de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.5. Para os fins da infração elencada no subitem 22.1.7, acima reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

23.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos Órgãos de Controles Governamentais previsto neste edital.

23.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do Contrato, anexo II do edital.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, através de envio, na forma eletrônica pelo no proprio sistema do comprasnet https://licitanet.com.br/.

24.1.1. A impugnação deverá ser realizada, por envio, na forma eletrônica pelo Portal Licitanet.

24.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

24.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.2.2. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.2.3. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.2.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.2.5. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste certame.

24.3. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado e serão disponibilizados no sistema eletrônico para os interessados.

25. DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL

25.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a

realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.3. A apresentação de documentos com o prazo de validade expirado acarretará a inabilitação do proponente (exceto nos casos de documentos de regularidade fiscal e trabalhista apresentados por ME's ou EPP's,). E para os documentos cujo prazo de validade não venha expresso, será considerado o prazo como de até 60 (sessenta) dias anteriores a da data prevista para início da sessão pública desta licitação, exceto para os documentos que tenham validade indeterminada.

25.3.1. O prazo de validade de documentos citado no subitem 25.3 acima, é para qualquer documento apresentado por licitantes que participarem da presente licitação, inclusive, quando necessário, para os documentos que acompanharem as propostasde preços.

25.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.5. Fica vedada à contratada a subcontratação do objeto desta licitação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentadospara fins de classificação e habilitação.

25.8. O Município de Bom Jesus do Tocantins através da Prefeitura Municipal, por intermédio da autoridade competente, poderá revogar ou anular o certame, nas condições estabelecidas na legislação vigente, sem que disso decorra para os licitantes o direito a qualquer reembolso de despesas ou qualquer indenização.

25.9. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins-PA, através do(a) pregoeiro(a), poderá Declarar este Pregão (ou algum item do Termo de Referência deste Edital) como deserto e/ou fracassado, quando nenhuma das ofertas satisfaça o objeto das especificações desteEdital, (até mesmo se apresentar(em) documentos de habilitação em desacordo com o Edital), ou quando for evidente que tenha falta de competição.

25.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.11. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário.

25.12. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

25.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Iniciando-se e vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal da Administração.

25.14. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

25.15. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

25.16. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.17. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.18. As empresas licitantes deverão sempre considerar a legislação em vigor, e caso haja divergência entre a Lei, este Edital e seus anexos, a Lei prevalecerá.

25.19. Este Edital e os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que mencione em um de seus documentos e se omita em outro, será considerado específico e válido.

25.20. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

25.21. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins - PA, sem prejuízo do disposto no art. 4°, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

25.22. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, nos endereços eletrônicos **Email:cplbjt2022@hotmail.com, https://licitanet.com.br/ e https://bomjesusdotocantins.pa.gov.br/ (portal da transparência da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins) e www.tcm.pa.gov.br/portal-lic-publico (Mural de licitações do TCM/PA).**

26. DOS ANEXOS

26.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
26.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;
26.1.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
26.1.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;
26.1.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração
26.1.5. ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços.

27. DO FORO

27.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Marabá/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, c/c § 2º da Constituição Federal.

Bom Jesus do Tocantins, em 07 de novembro de 2022

Edito Fausto da Conceição Lima
Pregoeiro Oficial
Portaria Municipal nº 351/2021

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 9/2022-025.

O presente Termo de Referência tem por objetivo:

1– OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é sistema de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de peças para moto e fornecimento de serviços de reposição de peças, para atender as demandas da Secretaria de Educação..

2– DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 – O objeto a ser contratado endrada-se na categorias de bens de consumo, que trata a Lei nº 10.520/02, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio de modalidade Pregão, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislações pertinentes.

3– JUSTIFICATIVA

3.1. Adquirir peças automotivas para realizar manutenções preventivas e corretivas nos veículos oficiais com mão-de-obra própria, nas dependênciais do Contratante, ou através de oficina contratada para esse fim.

3.2. Os veículos constituem ferramentas indispensáveis às atribuições da Administração Municipal, sendo imprescindíveis que sejam sempre em condições satisfatórias de uso.

3.3. A presentre aquisição visa cumprir determinações impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 1997, e as Resoluções do CONTRAN 05/98 E 14/08, que estabelecem parâmetros para a conservação dos veículos em circulação no Território Nacional.

4 – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

4.1. O objeto do presente termo de referência será entregue de FORMA PARCELADA de acordo com as necessidades das Secretarias.

4.2. A entrega dos produtos/serviços deverá ocorrer no horário de 08 às 17 horas, de segunda a sexta feira, exceto feriados, no departamento competente junto as Secretarias Municipal, conforme cronograma de entrega definido, no prazo de 03 (três) dias corridos, e será acompanhada por fiscal designado especialmente para tal fim, o qual será responsável pelo atesto do ato;

4.3. Os produtos/serviços, serão objeto de inspeção, que será realizada por servidor designado pelas Secretarias de Bom Jesus do Tocantins – Pará.

DOS ITENS:

001	**Lote No 001 - LOTE 001 - HONDA POP**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL

0001	AMORTECEDOR DA HONDA POP 100		25,000	PAR	228,330	5708,25
	Valor total extenso:					
0002	BIELA DO MOTOR DA HONDA POP 100		25,000	UNIDADE	62,330	1558,25
	Valor total extenso:					
0003	BUCHA BALANÇA DA HONDA POP 100		25,000	UNIDADE	49,000	1225,00
	Valor total extenso:					
0004	CABO ACELERADOR DA HONDA POP 100		30,000	UNIDADE	23,670	710,10
	Valor total extenso:					
0005	CABO DE FREIO DA HONDA POP 100		30,000	UNIDADE	20,670	620,10
	Valor total extenso:					
0006	CABO VELOCÍMETRO DA HONDA POP 100		30,000	UNIDADE	20,670	620,10
	Valor total extenso:					
0007	CACHIMBO VELA DA HONDA POP 100		30,000	UNIDADE	20,670	620,10
	Valor total extenso:					
0008	CAIXA DE DIREÇÃO DA HONDA POP 100		28,000	UNIDADE	47,830	1339,24
	Valor total extenso:					
0009	CAMARA DE AR DIANTEIRA DA HONDA POP 100		50,000	UNIDADE	34,330	1716,50
	Valor total extenso:					
0010	CAMARA DE AR TRASEIRA DA HONDA POP 100		55,000	UNIDADE	34,330	1888,15
	Valor total extenso:					
0011	CARENAGEM FAROL DA HONDA POP 100		25,000	UNIDADE	42,330	1058,25
	Valor total extenso:					
0012	DISCO DE EMBREAGEM DA HONDA POP 100		24,000	UNIDADE	37,330	895,92
	Valor total extenso:					
0013	JOGO DE JUNTA DO MOTOR DA HONDA POP 100		25,000	UNIDADE	34,000	850,00
	Valor total extenso:					
0014	KIT MOTOR DA HONDA POP 100		25,000	UNIDADE	266,670	6666,75
	Valor total extenso:					
0015	KIT TRANSMISSÃO DA HONDA POP 100		25,000	UNIDADE	110,000	2750,00
	Valor total extenso:					
0016	LÂMPADA FAROL DA HONDA POP 100		30,000	UNIDADE	32,670	980,10
	Valor total extenso:					
0017	LÂMPADA PISCA DA HONDA POP 100		30,000	UNIDADE	3,670	110,10
	Valor total extenso:					
0018	LÂMPADA LANTERNA TRASEIRA DA HONDA POP 100		26,000	UNIDADE	10,670	277,42
	Valor total extenso:					
0019	LONA DE FREIO DIANTEIRA DA HONDA POP 100		27,000	PAR	24,330	656,91
	Valor total extenso:					
0020	LONA DE FREIO TRASEIRA DA HONDA POP 100		27,000	PAR	27,670	747,09
0021	MANETE DE FREIO E EMBREAGEM DA HONDA POP 100		35,000	UNIDADE	13,330	466,55
	Valor total extenso:					
0022	PISCA COMPLETO DA HONDA POP 100		32,000	UNIDADE	18,000	576,00
	Valor total extenso:					
0023	PNEU DIANTEIRO DA HONDA POP 100		28,000	UNIDADE	183,000	5124,00
	Valor total extenso:					
0024	PNEU TRASEIRO DA HONDA POP 100		28,000	UNIDADE	186,670	5226,76
	Valor total extenso:					
0025	RETENTOR DA BENGALA DA HONDA POP 100		32,000	UNIDADE	28,330	906,56

	Valor total extenso:					
0026	ROLAMENTO DIANTEIRO DA HONDA POP 100		32,000	UNIDADE	11,330	362,56
	Valor total extenso:					
0027	ROLAMENTO TRASEIRO DA HONDA POP 100		40,000	UNIDADE	11,330	453,20
	Valor total extenso:					
0028	SANFONA DA BENGALA DA HONDA POP 100		8,000	UNIDADE	41,330	330,64
	Valor total extenso:					
0029	VELA ORIGINAL DA HONDA POP 100		6,000	UNIDADE	31,330	187,98
	Valor total extenso:					
0030	STOP FREIO DIANTEIRO DA HONDA POP 100		27,000	UNIDADE	26,000	702,00
	Valor total extenso:					
0031	STOP FREIO TRASEIRO DA HONDA POP 100		7,000	UNIDADE	26,330	184,31
	Valor total extenso:					
0032	SOQUETE FAROL DA HONDA POP 100		40,000	UNIDADE	36,000	1440,00
	Valor total extenso:					
0033	BOBINA INGUINICAO DA HONDA POP 100		32,000	UNIDADE	40,000	1280,00
0034	PROTETOR DE ARO DA HONDA POP 100		7,000	UNIDADE	17,670	123,69
	Valor total extenso:					
0035	PROTETOR DE MANETE DA HONDA POP 100		7,000	UNIDADE	17,670	123,69
	Valor total extenso:					
0036	MANICOTO DE FREIO E EMBREAGEM DA HONDA POP 100		7,000	UNIDADE	21,000	147,00
	Valor total extenso:					
0037	GUIDÃO DA HONDA POP 100		24,000	UNIDADE	95,670	2296,08
	Valor total extenso:					
0038	VELA DA POP/BROSS/XLR		2,000	UNIDADE	33,330	66,66
	Valor total extenso:					
0039	CAPACETE Nº 55 A 60		5,000	UNIDADE	163,330	816,65
	Valor total extenso:					
0040	PEDAL DE PARTIDA DA HONDA POP 100		12,000	UNIDADE	47,670	572,04
	Valor total extenso:					
0041	CAPA DE BANCO DA HONDA POP 100.		36,000	UNIDADE	68,670	2472,12
	Valor total extenso:					
0042	ANEL ESCAPAMENTO POP 100		16,000	UNIDADE	10,670	170,72
0043	ARO DE RODA DIANTEIRO POR 100		16,000	UNIDADE	104,670	1674,72
	Valor total extenso:					
0044	ARO DE RODA TRASEIRO POP 100		16,000	UNIDADE	108,330	1733,28
	Valor total extenso:					
0045	ARVORE COMANDO POP 100		32,000	UNIDADE	94,670	3029,44
	Valor total extenso:					
0046	BALAMCIM POP 100		10,000	UNIDADE	46,670	466,70
	Valor total extenso:					
0047	BANCO POP 100		10,000	UNIDADE	109,330	1093,30
	Valor total extenso:					
0048	BOBINA DE LUZ POP 100		10,000	UNIDADE	31,330	313,30
	Valor total extenso:					
0049	BOBINA DE PULSO POP 100		10,000	UNIDADE	34,670	346,70
	Valor total extenso:					
0050	BOBINA FORÇA POP 100		12,000	UNIDADE	34,330	411,96
	Valor total extenso:					

0051	BOBINA INGUINIÇÃO POP 100		12,000	UNIDADE	50,000	600,00
	Valor total extenso:					
0052	BOMBA DE ÓLEO POP 100		12,000	UNIDADE	65,330	783,96
	Valor total extenso:					
0053	BORRACHA PÉ APOIO POP 100		32,000	UNIDADE	21,000	672,00
	Valor total extenso:					
0054	BUCHA DE BALANÇA POP 100		16,000	UNIDADE	41,670	666,72
	Valor total extenso:					
0055	CAIXA MACHA POP 100		10,000	UNIDADE	283,330	2833,30
	Valor total extenso:					
0056	CAPA BANCO POP 100		16,000	UNIDADE	45,000	720,00
	Valor total extenso:					
0057	CAPA CORRENTE POP 100		16,000	UNIDADE	31,330	501,28
	Valor total extenso:					
0058	CARBURADOR POP 100		16,000	UNIDADE	170,000	2720,00
	Valor total extenso:					
0059	CDI POP 100		16,000	UNIDADE	83,330	1333,28
	Valor total extenso:					
0060	CHAVE DE INGUINIÇÃO POP 100		20,000	UNIDADE	39,330	786,60
	Valor total extenso:					
0061	CHAVE DE LUZ POP 100		20,000	UNIDADE	56,670	1133,40
	Valor total extenso:					
0062	CHICOTE DE INSTALAÇÃO POP 100		12,000	UNIDADE	143,330	1719,96
	Valor total extenso:					
0063	CILINDRO DE BENGALA POP 100		32,000	UNIDADE	86,330	2762,56
	Valor total extenso:					
0064	COLUNA DA DIREÇÃO POP 100		8,000	UNIDADE	130,000	1040,00
	Valor total extenso:					
0065	CORRENTE TRANSMISSÃO POP 100		10,000	UNIDADE	58,330	583,30
	Valor total extenso:					
0066	CUBO DE EMBREAGEM POP 100		16,000	UNIDADE	43,670	698,72
	Valor total extenso:					
0067	EIXO RODA TRASEIRA POP 100		16,000	UNIDADE	29,330	469,28
	Valor total extenso:					
0068	EIXO SECUNDÁRIO POP 100		8,000	UNIDADE	63,330	506,64
	Valor total extenso:					
0069	EIXO RIRABLEQUIM POP 100		8,000	UNIDADE	160,000	1280,00
0070	EMBREAGEM COMPLETA POP 100		10,000	UNIDADE	141,330	1413,30
	Valor total extenso:					
0071	ENGRENAGEM COMANDO POP 100		8,000	UNIDADE	51,670	413,36
	Valor total extenso:					
0072	ENGRENAGEM VELOCÍMETRO POP 100		10,000	UNIDADE	34,330	343,30
	Valor total extenso:					
0073	ESCAPAMENTO POP 100		10,000	UNIDADE	191,670	1916,70
	Valor total extenso:					
0074	ESTATOR POP 100		10,000	UNIDADE	141,670	1416,70
	Valor total extenso:					
0075	FAROL POP 100		8,000	UNIDADE	41,330	330,64
	Valor total extenso:					
0076	GUIA VALVULA POP 100		10,000	UNIDADE	27,330	273,30

	Valor total extenso:					
0077	GUIDÃO POP 100		8,000	UNIDADE	94,670	757,36
	Valor total extenso:					
0078	JOGO RAIO DIANTEIRO POP 100		8,000	UNIDADE	44,330	354,64
	Valor total extenso:					
0079	JOGO RAIO TRASEIRO POP 100		8,000	UNIDADE	47,670	381,36
	Valor total extenso:					
0080	LANTERNA TRASEIRA POP 100		8,000	UNIDADE	97,330	778,64
	Valor total extenso:					
0081	MANOPLA POP 100		15,000	UNIDADE	20,330	304,95
	Valor total extenso:					
0082	MESA INFERIOR POP 100		8,000	UNIDADE	65,670	525,36
	Valor total extenso:					
0083	MESA SUPERIOR POP 100		8,000	UNIDADE	56,000	448,00
	Valor total extenso:					
0084	MOLA PÉ LATERAL POP 100		20,000	UNIDADE	11,670	233,40
	Valor total extenso:					
0085	PARALAMA DIANTEIRO POP 100		10,000	UNIDADE	45,330	453,30
	Valor total extenso:					
0086	PÉ LATERAL POP 100		8,000	UNIDADE	27,000	216,00
	Valor total extenso:					
0087	PEDAL CAMBIO POP 100		8,000	UNIDADE	47,000	376,00
	Valor total extenso:					
0088	PEDAL FREIO POP 100		8,000	UNIDADE	52,330	418,64
	Valor total extenso:					
0089	PEDAL PARTIDA POP 100		8,000	UNIDADE	35,330	282,64
	Valor total extenso:					
0090	PEDALEIRA TRASEIRA POP 100		10,000	UNIDADE	21,330	213,30
	Valor total extenso:					
0091	PINHÃO POP 100		10,000	UNIDADE	17,000	170,00
	Valor total extenso:					
0092	PISCA POP 100		10,000	UNIDADE	17,000	170,00
	Valor total extenso:					
0093	PLATOR DE EMBREAGEM POP 100		10,000	UNIDADE	51,000	510,00
	Valor total extenso:					
0094	RABETA DA PLACA POP 100		5,000	UNIDADE	55,330	276,65
	Valor total extenso:					
0095	REPARO CARBURADOR POP 100		6,000	UNIDADE	31,670	190,02
	Valor total extenso:					
0096	RETIFICADOR DE FAROL POP 100		6,000	UNIDADE	57,000	342,00
	Valor total extenso:					
0097	RETROVISOR POP 100		5,000	UNIDADE	36,670	183,35
	Valor total extenso:					
0098	RODANA ACELERADOR POP 100		5,000	UNIDADE	34,000	170,00
	Valor total extenso:					
0099	ROLAMENTO DO VIRABREQUIM POP 100		5,000	UNIDADE	34,670	173,35
	Valor total extenso:					
0100	STOP FREIO DIANTEIRO POP 100		5,000	UNIDADE	19,670	98,35
	Valor total extenso:					
0101	STOP FREIO TRASEIRO POP 100		5,000	UNIDADE	32,000	160,00
	Valor total extenso:					

0102	TAMPA DE TANQUE POP 100		5,000	UNIDADE	35,670	178,35
	Valor total extenso:					
0103	TAMPA DO PINHÃO POP 100		5,000	UNIDADE	34,670	173,35
	Valor total extenso:					
0104	TORNEIRA GASOLINA POP 100		5,000	UNIDADE	34,330	171,65
	Valor total extenso:					
0105	VÁLVULA DE ADMISSÃO POP 100		8,000	UNIDADE	34,330	274,64
	Valor total extenso:					
0106	VÁLVULA DE ESCAP POP 100		8,000	UNIDADE	34,330	274,64
	Valor total extenso:					
0107	VELA POP 100		8,000	UNIDADE	32,330	258,64
	Valor total extenso:					
0108	REMENDO (CONSERTO DA CÂMARA) DA HONDA POP 100		10,000	UNIDADE	17,330	173,30
	Valor total extenso:					
0109	REVISÃO GERAL DA HONDA POP 100		85,000	UNIDADE	91,670	7791,95
	Valor total extenso:					
0110	ALINHAMENTO BIELA DA HONDA POP 100		84,000	UNIDADE	58,330	4899,72
	Valor total extenso:					
0111	TROCA RETENTOR BENGALA DA HONDA POP 100		5,000	UNIDADE	14,000	70,00
	Valor total extenso:					
0112	TROCA DE PNEU DA HONDA POP 100		10,000	UNIDADE	14,000	140,00
	Valor total extenso:					
0113	MÃO DE OBRA INSTALACÃO DA HONDA POP 100		8,000	UNIDADE	28,000	224,00
	Valor total extenso:					
0114	SERVIÇO DA TROCA DA RETENTOR DE VALVULA DA HONDA POP 100		5,000	UNIDADE	36,330	181,65
	Valor total extenso:					
0115	SERVIÇO DA TROCA DO RETENTOR DA GUARNIÇÃO DE VALVULA DA HONDA POP 100		90,000	UNIDADE	26,000	2340,00
	Valor total extenso:					
0116	SERVIÇO CAPA BANCO POP 100		5,000	UNIDADE	17,330	86,65
	Valor total extenso:					
0117	SERVIÇOS CAIXA DIREÇÃO POP 100		5,000	UNIDADE	21,330	106,65
	Valor total extenso:					
0686	EIXO RODA DIANTEIRA POP 100		16,000	UNIDADE	29,330	469,28
	Valor total extenso:					
0697	PAR LUVA POP 100		15,000	UNIDADE	44,000	660,00
	Valor total extenso:					

Total do lote :	118677,02

002	**Lote No 002 - LOTE 002 - HONDA XLR 125**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
0001	AMORTECEDOR DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	440,000	3520,00
	Valor total extenso:					
0002	BATERIA DE 05 AMPERES DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	200,000	800,00
	Valor total extenso:					
0003	BIELA DO MOTOR DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	110,000	880,00
	Valor total extenso:					

0004	BUCHA PROLINQUE DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	51,330	205,32
	Valor total extenso:					
0005	CABO ACELERADOR DA HONDA XLR 125		10,000	UNIDADE	26,000	260,00
0006	CABO EMBREAGEM DA HONDA XLR 125		10,000	UNIDADE	29,670	296,70
0007	CABO DE FREIO DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	26,000	208,00
	Valor total extenso:					
0008	CABO VELOCÍMETRO DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	26,000	208,00
	Valor total extenso:					
0009	CACHIMBO VELA DA HONDA XLR 125		6,000	UNIDADE	24,000	144,00
	Valor total extenso:					
0010	CAIXA DE DIREÇÃO DA HONDA XLR 125		6,000	UNIDADE	55,330	331,98
	Valor total extenso:					
0011	CAMARA DE AR TRASEIRA DA HONDA XLR 125		20,000	UNIDADE	53,670	1073,40
	Valor total extenso:					
0012	CAMARA DE AR DIANTEIRA DA HONDA XLR 125		20,000	UNIDADE	53,670	1073,40
	Valor total extenso:					
0013	CARENAGEM FAROL DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	56,330	225,32
	Valor total extenso:					
0014	CUBO E PLATOR DE EMBREAGEM DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	84,330	337,32
	Valor total extenso:					
0015	DISCO DE EMBREAGEM DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	45,000	360,00
	Valor total extenso:					
0016	ESCOVINHA DO MOTOR DE PARTIDA DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	43,330	173,32
	Valor total extenso:					
0017	GUARNIÇÃO DA TAMPA DA VÁLVULA DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	21,000	84,00
	Valor total extenso:					
0018	JOGO DE JUNTA DA HONDA XLR 125		16,000	UNIDADE	39,670	634,72
	Valor total extenso:					
0019	KIT MOTOR DA HONDA XLR 125		10,000	UNIDADE	296,670	2966,70
	Valor total extenso:					
0020	KIT TRANSMISSÃO DA HONDA XLR 125		20,000	UNIDADE	180,000	3600,00
	Valor total extenso:					
0021	LÂMPADA FAROL ORIGINAL DA HONDA XLR 125		10,000	UNIDADE	36,670	366,70
	Valor total extenso:					
0022	LÂMPADA PISCA DA HONDA XLR 125		24,000	UNIDADE	5,000	120,00
	Valor total extenso:					
0023	LÂMPADA LANTERNA TRASEIRA DA HONDA XLR 125		10,000	UNIDADE	10,670	106,70
	Valor total extenso:					
0024	LONA DE FREIO DIANTEIRA DA HONDA XLR 125		20,000	UNIDADE	31,670	633,40
	Valor total extenso:					
0025	LONA DE FREIO TRASEIRA DA HONDA XLR 125		20,000	UNIDADE	31,670	633,40
	Valor total extenso:					
0026	MANETE DE FREIO E EMBREAGEM DA HONDA XLR 125		12,000	UNIDADE	17,670	212,04
	Valor total extenso:					
0027	ÓLEO 4T MOTOR DA HONDA XLR 125		24,000	UNIDADE	31,670	760,08
	Valor total extenso:					
0028	RELÊ DE PARTIDA DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	51,670	206,68

	Valor total extenso:					
0029	RETENTOR DA BENGALA DA HONDA XLR 125		24,000	UNIDADE	28,000	672,00
	Valor total extenso:					
0030	ROLAMENTO DIANTEIRO DA HONDA XLR 125		12,000	UNIDADE	17,670	212,04
	Valor total extenso:					
0031	ROLAMENTO TRASEIRO DA HONDA XLR 125		24,000	UNIDADE	17,670	424,08
	Valor total extenso:					
0032	SANFONA DA BENGALA DA HONDA XLR 125		48,000	UNIDADE	56,670	2720,16
	Valor total extenso:					
0033	TRAVA PINHÃO DA HONDA XLR 125		10,000	UNIDADE	8,330	83,30
	Valor total extenso:					
0034	VELA ORIGINAL DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	36,670	293,36
	Valor total extenso:					
0035	GUARNIÇÃO DE ESCAPAMENTO DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	15,000	60,00
	Valor total extenso:					
0036	RELÊ PISCA DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	43,330	173,32
	Valor total extenso:					
0037	CHAVE LUZ DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	57,000	228,00
	Valor total extenso:					
0038	MANICOTO DA HONDA XLR		16,000	UNIDADE	20,330	325,28
	Valor total extenso:					
0039	CAPA PARA BANCO XLR 125		6,000	UNIDADE	48,330	289,98
	Valor total extenso:					
0040	RETROVISOR XRL 125		6,000	UNIDADE	39,330	235,98
	Valor total extenso:					
0041	ESPELHO DE FREIO DIANTEIRO DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	78,330	313,32
	Valor total extenso:					
0042	CUBO DE FREIO DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	123,330	493,32
	Valor total extenso:					
0043	ARO DIANTEIRO DA HONDA XLR 125		4,000	UNIDADE	133,330	533,32
	Valor total extenso:					
0044	ARO RODA TRASEIRO XLR 125		4,000	UNIDADE	133,330	533,32
	Valor total extenso:					
0045	FILTRO DE AR DA HONDA XLR 125		10,000	UNIDADE	28,330	283,30
	Valor total extenso:					
0046	PISCA COMPLETO DA HONDA XLR 125		16,000	UNIDADE	17,670	282,72
	Valor total extenso:					
0047	PNEU DIANTEIRO DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	236,670	1893,36
	Valor total extenso:					
0048	PNEU TRASEIRO DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	300,000	2400,00
	Valor total extenso:					
0049	PNEU 90/90-21 DIANTEIRO CROSS HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	255,000	2040,00
	Valor total extenso:					
0050	PNEU 110/80-18 TRASEIRO CROSS HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	299,670	2397,36
	Valor total extenso:					
0051	REMENDO (CONSERTO DA CAMARA) DA HONDA XLR 125		40,000	UNIDADE	17,670	706,80
	Valor total extenso:					
0052	REVISÃO GERAL DA HONDA XLR 125		12,000	UNIDADE	106,670	1280,04
	Valor total extenso:					

0053	ALINHAMENTO BIELA DA HONDA XLR 125		8,000	UNIDADE	43,330	346,64
	Valor total extenso:					
0054	TROCA DE PNEU DA HONDA XLR 125		20,000	UNIDADE	23,670	473,40
	Valor total extenso:					
0055	TROCA RETENTOR BENGALA DA HONDA XLR 125		24,000	UNIDADE	20,330	487,92
	Valor total extenso:					
0056	MÃO DE OBRA INSTALACÃO DA HONDA XLR 125		20,000	UNIDADE	61,670	1233,40
	Valor total extenso:					
0057	LIMPEZA DO CARBURADOR DA HONDA XLR 125		16,000	UNIDADE	25,670	410,72
	Valor total extenso:					
0058	TROCA DE ENRAIÇÃO DA HONDA XLR 125		12,000	UNIDADE	44,670	536,04
	Valor total extenso:					

Total do lote :	42783,66

003	**Lote No 003 - LOTE 003 - HONDA BROS 150**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
0001	AMORTECEDOR DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	463,330	1853,32
	Valor total extenso:					
0002	BATERIA DE 6 AMPERES-HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	198,330	396,66
	Valor total extenso:					
0003	BIELA DO MOTOR DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	116,670	466,68
	Valor total extenso:					
0004	BUCHA AMORTECEDOR-HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	41,670	83,34
	Valor total extenso:					
0005	BUCHA DA BALANÇA-HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	72,670	290,68
	Valor total extenso:					
0006	CABO DE ACELERADOR-HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	30,000	120,00
	Valor total extenso:					
0007	CABO DE EMBREAGEM DA BROS 150		6,000	UNIDADE	25,330	151,98
	Valor total extenso:					
0008	CABO DE FREIO DA HONDA BROS 150		6,000	UNIDADE	25,330	151,98
	Valor total extenso:					
0009	CABO DO VELOCIMETRO-BROS 150		4,000	UNIDADE	26,000	104,00
	Valor total extenso:					
0010	CACHIMBO VELA DA HONDA BROS 150		8,000	UNIDADE	46,000	368,00
	Valor total extenso:					
0011	CAIXA DE DIREÇÃO DA HONDA BROS 150		6,000	UNIDADE	71,670	430,02
	Valor total extenso:					
0012	CAMARA DE AR DIANTEIRA DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	46,330	416,97
	Valor total extenso:					
0013	CAMARA DE AR TRASEIRA DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	54,000	486,00
	Valor total extenso:					
0014	CAPA DE BANCO DA HONDA BROS 150		7,000	UNIDADE	56,000	392,00
	Valor total extenso:					
0015	CAPACETE N 58 A 60		5,000	UNIDADE	200,000	1000,00
	Valor total extenso:					
0016	CARENAGEM FAROL DA HONDA BROS 150		7,000	UNIDADE	58,000	406,00

	Valor total extenso:					
0017	CHAVE LUZ HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	68,330	341,65
	Valor total extenso:					
0018	CUBO E PLATOR DE EMBREAGEM DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	81,670	326,68
	Valor total extenso:					
0019	DISCO DE EMBREAGEM DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	44,670	178,68
	Valor total extenso:					
0020	ESCOVINHA DO MOTOR DE PARTIDA DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	48,330	434,97
	Valor total extenso:					
0021	GUARNIÇÃO DA TAMPA DA VÁLVULA DA HONDA BROS 150		6,000	UNIDADE	17,670	106,02
	Valor total extenso:					
0022	JOGO DE JUNTA-HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	39,330	78,66
	Valor total extenso:					
0023	KIT DE TRANSMISSÃO-HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	205,000	820,00
	Valor total extenso:					
0024	KIT DO MOTOR-HONDA BROS 150		3,000	UNIDADE	306,330	918,99
	Valor total extenso:					
0025	LAMPADA DO FAROL ORIGINAL-HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	38,330	191,65
	Valor total extenso:					
0026	LAMPADA DO PISCA-HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	5,000	25,00
	Valor total extenso:					
0027	LÂMPADA LANTERNA TRASEIRA DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	10,670	96,03
	Valor total extenso:					
0028	LONA DE FREIO TRASEIRA-HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	31,670	158,35
	Valor total extenso:					
0029	MANETE DE FREIO E EMBREAGEM DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	24,330	218,97
	Valor total extenso:					
0030	MOTOR DE PARTIDA-HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	261,000	522,00
	Valor total extenso:					
0031	ÓLEO 4T MOTOR DA HONDA BROS 150		24,000	UNIDADE	34,670	832,08
	Valor total extenso:					
0032	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO BROS 150		8,000	UNIDADE	34,670	277,36
	Valor total extenso:					
0033	PISCA COMPLETO DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	98,330	884,97
	Valor total extenso:					
0034	PNEU DIANTEIRO DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	253,330	2279,97
	Valor total extenso:					
0035	PNEU TRASEIRO DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	188,330	1694,97
	Valor total extenso:					
0036	RELÊ DE PARTIDA DA HONDA BROS 150		8,000	UNIDADE	44,670	357,36
	Valor total extenso:					
0037	ROLAMENTO DIANTEIRO DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	17,670	70,68
	Valor total extenso:					
0038	ROLAMENTO TRASEIRO DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	17,670	159,03
	Valor total extenso:					
0039	SOQUETE FAROL BROS 150		9,000	UNIDADE	28,000	252,00
	Valor total extenso:					
0040	TAMPA DO TANQUE DA HONDA BROS 150		9,000	UNIDADE	44,330	398,97

	Valor total extenso:					
0041	TRAVA PINHÃO-HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	12,000	48,00
	Valor total extenso:					
0042	FILTRO DE AR DA HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	34,000	170,00
	Valor total extenso:					
0043	ANTENA HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	31,330	156,65
	Valor total extenso:					
0044	RETROVISOR-HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	39,000	195,00
	Valor total extenso:					
0045	MANOPLA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	24,330	97,32
	Valor total extenso:					
0046	SANFONA DA BENGALA DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	76,670	306,68
	Valor total extenso:					
0047	VELA DA BROS 150		4,000	UNIDADE	36,670	146,68
	Valor total extenso:					
0048	VELA ORIGINAL-HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	36,670	146,68
	Valor total extenso:					
0049	CUBO DE RODA TRASEIRO HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	181,670	363,34
	Valor total extenso:					
0050	CUBO DE RODA DIANTEIRA HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	181,670	363,34
	Valor total extenso:					
0051	JOGO DE RAIOS DIANTEIRO HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	57,670	115,34
	Valor total extenso:					
0052	JOGO DE RAIOS TRASEIRO HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	57,670	115,34
	Valor total extenso:					
0053	BOMBA DE OLEO HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	66,000	132,00
	Valor total extenso:					
0054	BOMBA DE COMBUSTIVEL HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	380,000	760,00
	Valor total extenso:					
0055	BOMBA DE INJEÇÃO ELETRONICA HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	323,330	646,66
0056	CHAVE DE INGINIÇÃO HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	85,000	170,00
	Valor total extenso:					
0057	CILINDRO DE BENGALA HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	123,330	246,66
	Valor total extenso:					
0058	PAINEL DE VELOCIMETRO HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	206,670	413,34
	Valor total extenso:					
0059	GUIDÃO HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	123,330	493,32
	Valor total extenso:					
0060	MOTOR DE PARTIDA DA HONDA BROS 150		6,000	UNIDADE	266,670	1600,02
	Valor total extenso:					
0061	ALINHAMENTO BIELA DA HONDA BROS 150		7,000	UNIDADE	43,330	303,31
	Valor total extenso:					
0062	MÃO DE OBRA INSTALACÃO DA HONDA BROS 150		7,000	UNIDADE	45,000	315,00
	Valor total extenso:					
0063	REVISÃO GERAL DA HONDA BROS 150		12,000	UNIDADE	99,670	1196,04
	Valor total extenso:					
0064	SERVIÇO DA TROCA DO RETENTOR DE VALVULA DA HONDA BROS 150		7,000	UNIDADE	40,670	284,69
	Valor total extenso:					

0065	SERVIÇO DE TROCA DO RETENTOR DA GUAMIÇÃO DE VALVULA HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	27,330	54,66
	Valor total extenso:					
0066	TROCA DE PNEU DA HONDA BROS 150		14,000	UNIDADE	17,330	242,62
	Valor total extenso:					
0067	TROCA RETENTOR BENGALA DA HONDA BROS 150		7,000	UNIDADE	20,670	144,69
	Valor total extenso:					
0068	MÃO DE OBRA TROCA DE RAIOS HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	37,330	149,32
	Valor total extenso:					
0069	MÃO DE OBRAS REVISÃO DO MOTOR HONDA BROS 150		2,000	UNIDADE	153,330	306,66
	Valor total extenso:					
0070	REMENDO (CONSERTO DA CAMARA) DA HONDA BROS 150		20,000	UNIDADE	77,670	1553,40
	Valor total extenso:					
0071	LIMPESA DA INGESSAO ELETRONICA DA HONDA BROS 150		7,000	UNIDADE	85,000	595,00
	Valor total extenso:					
0072	LIMPEZA DE CARBURADOR DA HONDA BROS 150		7,000	UNIDADE	24,330	170,31
	Valor total extenso:					
0073	BUCHA BALANÇA DA HONDA BROS 150		1,000	UNIDADE	72,670	72,67
	Valor total extenso:					
0074	CABO VELOCÍMETRO DA BROS 150		4,000	UNIDADE	25,330	101,32
	Valor total extenso:					
0075	CABO DE ACELERADOR DA HONDA BROZ 150		4,000	UNIDADE	23,330	93,32
	Valor total extenso:					
0076	JOGO DE JUNTA DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	45,330	181,32
	Valor total extenso:					
0077	KIT TRANSMISSÃO DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	216,670	866,68
	Valor total extenso:					
0078	LÂMPADA FAROL ORIGINAL DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	36,000	144,00
	Valor total extenso:					
0079	LÂMPADA PISCA DA HONDA BROS 150		4,000	UNIDADE	5,000	20,00
	Valor total extenso:					
0080	LONA DE FREIO TRASEIRA DA HONDA BROS 150		4,000	PAR	31,000	124,00
	Valor total extenso:					
0081	LONA DE FREIO DIANTEIRA DA HONDA BROS 150		4,000	PAR	27,670	110,68
	Valor total extenso:					
0082	RETENTOR DA BENGALA DA HONDA BROS 150		8,000	UNIDADE	28,330	226,64
	Valor total extenso:					
0083	RAVA PINHÃO DA HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	8,670	43,35
	Valor total extenso:					
0084	LIMPEZA CARBURADOR DA HONDA BROS 150.		5,000	UNIDADE	24,330	121,65
	Valor total extenso:					
0085	AMORTECEDOR COM ESTABILIZADOR REFORÇADO DIANTEIRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	276,670	1106,68
	Valor total extenso:					
0086	BATERIA DE 09 AMPERES DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	270,000	540,00
	Valor total extenso:					
0087	BIELA DO MOTOR DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	153,330	306,66

	Valor total extenso:					
0088	BUCHA PROLINQUE DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	136,670	273,34
	Valor total extenso:					
0089	CABO ACELERADOR DO TRICICLO CARGO 150		3,000	UNIDADE	30,000	90,00
	Valor total extenso:					
0090	CABO EMBREAGEM DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		3,000	UNIDADE	30,000	90,00
	Valor total extenso:					
0091	CABO DE FREIO DIANTEIRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		3,000	UNIDADE	37,670	113,01
	Valor total extenso:					
0092	CABO VELOCIMETRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		3,000	UNIDADE	30,000	90,00
	Valor total extenso:					
0093	CACHIMBO VELA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	27,670	55,34
	Valor total extenso:					
0094	CAIXA DE DIREÇAO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		1,000	UNIDADE	79,000	79,00
	Valor total extenso:					
0095	CAMARA DE AR 4,50-12 DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		12,000	UNIDADE	52,000	624,00
	Valor total extenso:					
0096	CARENAGEM FAROL DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	65,330	130,66
	Valor total extenso:					
0097	CUBO E PLATOR DE EMBREAGEM DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	166,670	333,34
	Valor total extenso:					
0098	DISCO DE EMBREAGEM DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	93,330	186,66
	Valor total extenso:					
0099	ESCOVINHA DO MOTOR DE PARTIDA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	58,330	116,66
	Valor total extenso:					
0100	GUARNIÇAO DA TAMPA DA VALVULA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	30,330	60,66
	Valor total extenso:					
0101	JOGO DE JUNTA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	48,330	96,66
	Valor total extenso:					
0102	KIT MOTOR DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	390,000	780,00
	Valor total extenso:					
0103	CHICOTE COMPLETO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	236,670	473,34
	Valor total extenso:					
0104	LAMPADA FAROL ORIGINAL DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	38,330	76,66
	Valor total extenso:					
0105	LAMPADA PISCA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		6,000	UNIDADE	8,330	49,98
	Valor total extenso:					
0106	LAMPADA LANTERNA TRASEIRA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	14,000	56,00
	Valor total extenso:					
0107	MANETE DE FREIO E EMBREAGEM DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	21,000	42,00
	Valor total extenso:					
0108	OLEO SAE 20W50 MOTOR DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		5,000	UNIDADE	28,330	141,65

	Valor total extenso:					
0109	PISCA COMPLETO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	24,670	98,68
	Valor total extenso:					
0110	PNEU ARO 12 4,50-12 LISO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		6,000	UNIDADE	253,330	1519,98
	Valor total extenso:					
0111	RELE DE PARTIDA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	55,000	220,00
	Valor total extenso:					
0112	ROLAMENTO DIANTEIRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		6,000	UNIDADE	25,000	150,00
	Valor total extenso:					
0113	ROLAMENTO TRASEIRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		6,000	UNIDADE	25,000	150,00
	Valor total extenso:					
0114	CARBURADOR DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	235,000	470,00
	Valor total extenso:					
0115	VELA ORIGINAL DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	37,670	150,68
	Valor total extenso:					
0116	GUARNIÇAO DE ESCAPAMENTO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	147,330	294,66
	Valor total extenso:					
0117	RELE PISCA DO TRICICLO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	45,000	90,00
	Valor total extenso:					
0118	CHAVE LUZ DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	70,000	140,00
	Valor total extenso:					
0119	BOJO PONTEIRA DO ESCAPAMENTO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	103,330	206,66
	Valor total extenso:					
0120	CAPA PARA BANCO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	56,670	113,34
	Valor total extenso:					
0121	RETROVISOR DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	44,670	89,34
	Valor total extenso:					
0122	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	91,670	366,68
	Valor total extenso:					
0123	ARO 12 4,50-12 DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		6,000	UNIDADE	156,670	940,02
	Valor total extenso:					
0124	FEIXES DE MOLAS E MOLAS SUSPENÇÃO TRASEIRA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	180,000	720,00
	Valor total extenso:					
0125	MOLAS HELICOIDAIS DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	113,330	453,32
	Valor total extenso:					
0126	AMORTECEDOR TRASEIRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	210,000	840,00
	Valor total extenso:					
0127	EIXO CARDAN DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	200,000	400,00
	Valor total extenso:					
0128	CRUZETA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		6,000	UNIDADE	206,670	1240,02
	Valor total extenso:					
0129	DIFERENCIAL DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		1,000	UNIDADE	140,000	140,00
	Valor total extenso:					
0130	FILTRO DE AR DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	61,670	123,34
	Valor total extenso:					

0131	LONA DE FREIO TRASEIRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		6,000	UNIDADE	68,670	412,02
	Valor total extenso:					
0132	PEDAL DO CAMBIO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		1,000	UNIDADE	61,670	61,67
	Valor total extenso:					
0133	BARRA ESTABILIZADORA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		4,000	UNIDADE	68,670	274,68
	Valor total extenso:					
0134	PEDAL DE PARTIDA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		1,000	UNIDADE	68,670	68,67
	Valor total extenso:					
0135	PEDAL DE FREIO TRASEIRO DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		1,000	UNIDADE	105,000	105,00
	Valor total extenso:					
0136	FUSIVEL DE 10 A DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		10,000	UNIDADE	10,670	106,70
	Valor total extenso:					
0137	CAIXA REVERSORA DE RE DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		1,000	UNIDADE	243,330	243,33
	Valor total extenso:					
0138	TROCA DE PNEU DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		6,000	UNIDADE	25,000	150,00
	Valor total extenso:					
0139	ALINHAMENTO BIELA DO TRICICLO CARGO SOUSA 150		2,000	UNIDADE	85,000	170,00
	Valor total extenso:					
0140	SERVIÇO DE TROCA DO RETENTOR DE GUARNIÇÃO DE VALVULA DA BROS		9,000	UNIDADE	26,000	234,00
	Valor total extenso:					
0296	KIT MOTOR DA HONDA BROS 150		5,000	UNIDADE	306,670	1533,35
	Valor total extenso:					
0645	ANTI-FERRUGEM FRASCO COM 300ML		4,000	UNIDADE	17,330	69,32
	Valor total extenso:					

Total do lote :	51108,13

004	**Lote No 004 - LOTE 004 HONDA XRE 300**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
0001	AMORTECEDOR DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	780,000	1560,00
	Valor total extenso:					
0002	BIELA DO MOTOR DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	118,330	236,66
	Valor total extenso:					
0003	BUCHA BALANÇA DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	146,670	293,34
	Valor total extenso:					
0004	CABO DE EMBREAGEM DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	31,670	63,34
	Valor total extenso:					
0005	CABO DE ACELERADOR A E B DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	38,330	153,32
	Valor total extenso:					
0006	CACHIMBO VELA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	47,330	189,32
	Valor total extenso:					
0007	CAIXA DE DIREÇÃO DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	69,330	277,32
	Valor total extenso:					
0008	CAMARA DE AR DIANTEIRA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	48,330	193,32
	Valor total extenso:					

0009	CAMARA DE AR TRASEIRA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	55,670	222,68
	Valor total extenso:					
0010	CARENAGEM FAROL DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	175,670	351,34
	Valor total extenso:					
0011	CUBO E PLATOR DE EMBREAGEM DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	143,330	286,66
	Valor total extenso:					
0012	DISCO DE EMBREAGEM DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	56,330	225,32
	Valor total extenso:					
0013	ESCOVINHA DO MOTOR DE PARTIDA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	48,330	193,32
	Valor total extenso:					
0014	GUARNIÇÃO DA TAMPA DA VALVULA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	34,670	138,68
	Valor total extenso:					
0015	JOGO DE JUNTA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	266,000	1064,00
	Valor total extenso:					
0016	KIT MOTOR DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	383,330	766,66
	Valor total extenso:					
0017	KIT TRANSMISSÃO DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	223,330	893,32
	Valor total extenso:					
0018	LAMPADA FAROL ORIGINAL DA HONDA XRE 300		6,000	UNIDADE	41,670	250,02
	Valor total extenso:					
0019	LAMPADA PISCA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	7,330	29,32
	Valor total extenso:					
0020	LAMPADA LANTERNA TRASEIRA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	10,670	42,68
	Valor total extenso:					
0021	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	61,330	245,32
	Valor total extenso:					
0022	PASTILHA DE FREIO DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	54,670	218,68
	Valor total extenso:					
0023	MANETE DE FREIO E EMBREAGEM DA HONDA XRE 300		6,000	UNIDADE	25,330	151,98
	Valor total extenso:					
0024	PISCA COMPLETO DA HONFA XRE 300		4,000	UNIDADE	171,000	684,00
	Valor total extenso:					
0025	PNEU DINATEIRO DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	363,330	1453,32
	Valor total extenso:					
0026	PNEU TRASEIRO DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	231,670	926,68
	Valor total extenso:					
0027	ALINHAMENTO BIELA DA HONDA XRE 300		6,000	UNIDADE	58,330	349,98
	Valor total extenso:					
0028	CAPA DE BANCO DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	41,670	166,68
	Valor total extenso:					
0029	MAO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	103,330	413,32
	Valor total extenso:					
0030	MOTOR DE PARTIDA DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	340,000	680,00
	Valor total extenso:					
0031	RELE DE PARTIDA DA HONDA XRE 300		6,000	UNIDADE	42,670	256,02
	Valor total extenso:					
0032	REMENDO (CONSERTO DA CAMARA)DA HONDA XRE 300		10,000	UNIDADE	17,670	176,70

	Valor total extenso:					
0033	RETENTOR DA BENGALA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	31,330	125,32
	Valor total extenso:					
0034	REVISÃO GERAL DA HONDA XRE 300		6,000	UNIDADE	126,670	760,02
	Valor total extenso:					
0035	ROLAMENTO TRASEIRO DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	38,330	153,32
	Valor total extenso:					
0037	TAMPA DO TANQUE DA HONDA XRE 300		2,000	UNIDADE	49,670	99,34
	Valor total extenso:					
0038	TRAVA PINHÃO DA HONDA XRE 300		6,000	UNIDADE	40,000	240,00
	Valor total extenso:					
0039	TROCA DE PNEU DA HONDA XRE 300		8,000	UNIDADE	18,000	144,00
	Valor total extenso:					
0040	TROCA DO RETENTOR DA BENGALA DA HONDA XRE 300		4,000	UNIDADE	24,000	96,00
	Valor total extenso:					

Total do lote :	14771,30

Valor total da proposta por extenso :

ANEXO II
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2022-025

O(A) «UNID_GEST», neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na «ENDERECO_UNIDADEGESTORA», inscrito no CNPJ (MF) sob o nº «CGC_PREFEITURA», representado pelo(a) Sr.(a) «NOME_RESP_LICITACAO» e, de outro lado a firma _____., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, estabelecida _____doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ SSP/__ e CPF (MF) nº _____,têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão nº _____ e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto «OBJETO_LICITADO»

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. O valor deste contrato, de R$.....(.....).

2. Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços constante da proposta apresentada pela CONTRATADA no Pregão _____ e na Cláusula Primeira deste instrumento são meramente estimativos, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão SRP nº _____, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666/93e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O prazo de vigência deste Contrato será de «PERIODO_VIGENCIA», com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

1.1 - permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a entrega dos produtos;

1.2 - impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Contrato;

1.3 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

1.4 - devolver os produtos que não apresentarem condições de serem consumidos;

1.5 - solicitar a troca dos produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Serviço de Almoxarifado;

1.6 - solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento expedida pelo Serviço de Almoxarifado, o fornecimento dos produtos objeto deste Contrato;

1.7 - comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA:

1.1 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

a) salários;
b) seguros de acidentes;
c) taxas, impostos e contribuições;
d) indenizações;
e) vales-refeição;
f) vales-transporte; e
g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

1.2 - manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínvulo empregatício com o órgão;

1.3 - manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

1.4 - respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

1.5 - responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

1.6 - responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

1.7 - efetuar a entrega do produto objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo do Serviço de Almoxarifado;

1.8 - efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de consumo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação expedida pelo Serviço de Almoxarifado;

1.9 - comunicar ao Serviço de Almoxarifado do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; e

1.10 - a obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº _____.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

1.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

1.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

1.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do produto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

1.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.

2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

1.1 - expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

1.2 - expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE; e

1.3 - vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Este contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim, representando o CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor desigano para esse fim deverão ser solicitadas a Autoridade Competente do(a) «UNID_GEST», em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

3. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLUÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento do produto caberá ao Chefe do Serviço de Almoxarifado do CONTRATANTE, ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária «DOTACAO_ORCAMENTA».

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ap fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) «UNID_GEST».

2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal ou fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (INSS), a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO e o FGTS, em original ou em fotocópia autenticada.

3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.1 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultante de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1.1 - advertência;

1.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

1.3 - multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, deixar de atender totalmente à solicitação ou à Autorização de Fornecimento previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

1.4 - multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, atender parcialmente à solicitação ou à Autorização de Fornecimento previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo mximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

1.5 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do do(a) «UNID_GEST», por até 2 (dois) anos.

2. Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

2.1 - ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

2.2 - não mantiver a proposta, injustificadamente;

2.3 - comportar-se de modo inidôneo;

2.4 - fizer declaração falsa;

2.5 - cometer fraude fiscal;

2.6 - falhar ou fraudar na execução do Contrato;

2.7- não celebrar o contrato;

2.8- deixar de entregar documentação exigida no certame;

2.9- apresentar documentação falsa.

3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 2 desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

5. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este Contrato fica vinculado aos termos do Pregão nº _____, cuja realização decorre da autorização do Sr(a). «NOME_RESP_LICITACAO», e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de «CIDADE», com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das parte, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

«CIDADE» - «UF_MUNICIPIO», em ___ de _____ de ____.

_____ _____

CONTRATANTE CONTRATADA(O)

TESTEMUNHAS:

1._____

2._____

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2022-025

Pregão Eletrônico SRP nº_____, Empresa: [Nome da Empresa] **CNPJ:** [CNPJ da empresa] **Endereço:** [Endereço da empresa] **Telefone:** [Telefone da empresa] **E-mail:** [Endereço eletrônico da empresa] **Dados Bancários:** [Dados Bancários da empresa]

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico SRP n°.____ e seus Anexos, apresentamos proposta no valor total de R$ por extenso _____[valor conformetabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	V. UNIT. R$	V.TOTAL R$
					Total :	

Validade da proposta:

Declaramos estar de acordo com todos os termos do edital e seus respectivos anexos.

Observações:

1. A licitante deverá ajustar a tabela acima de acordo com o(s) item(ns) para o(s) qual(is)está apresentando a proposta, quando for o caso.

2. Emitir em papel que identifique a licitante.

Local e data

_____
Assinatura e carimbo
(Responsável da empresa)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES NO QUADRO PESSOAL DA EMPRESA LICITANTE.
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2022-025

(Razão social), CNPJ nº (informar), com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-025. DECLARA, sob as penas da Lei que não possui em seu quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo Municipal, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

Município de _____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal do Licitante)

ANEXO V
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2022-025

Pregão Eletrônico SRP Nª 9/2022-025

Órgão Gerenciador: XXXXXXXXXXXXXXX

Local de entrega: Conforme item 2 do Anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico em destaque.

No dia_____de 2022, o Município de Bom Jesus do Tocantins, por intermédio da Fundo Municipal de Educação, localizada Rua___, s/n, Bairro: Centro, CEP: 68.525-000 –Bom Jesus do Tocantins/PA, CNPJ: XXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sra. XXXXXXXXXXXX, portador do RG n°. xxxxxx SSP/PA e CPF n°. xxx.xxx.xxx-xx , nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificaçãoda proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 9/2022-XXXXX, RESOLVE registrar o preçoofertado pelo Fornecedor Beneficiário_____, localizado_____, inscrito no CNPJ sob o nº_____, representado pelo_____, inscrito(a) no CPF sob o nº .....portador(a) da Carteira de Identidade nº em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto é a sistema de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de peças para moto e serviços para atender as demandas das Secretarias, em conformidade com seu termo de referência e demais anexos, conforme tabela de itens vencidos, no item 2 desta Ata de Registro de Preços, assim como a proposta vencedora e todas as especificações técnicas constantesdo edital, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos-telefone e e-mail, representante)						
Item doTR	**Especificação completa (Conforme termo de referência)**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unitário(R$)**	**Valor Total(R$)**
1						

2.2. VALIDADE DA ATA

2.3. O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

3. REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não

superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

3.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedornão puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogaçãodesta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 3.7.1, 3.7.2 e 3.7.4 seráformalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente,

decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.9.1. Por razão de interesse público; ou

3.9.2. A pedido do fornecedor.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços,inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante legal da XXXXXXXXXXXXXX, de Bom Jesus do Tocantins/PA e do Fornecedor Beneficiário do Registro de Preços.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA